

JOGANDO DIREITO: INVESTIGAÇÕES SOBRE O USO DE METODOLOGIA DE JOGOS NO ENSINO JURÍDICO EM BUSCA DE UM PROTÓTIPO.

Jéssica Sant' Ana Cardoso (jessica-scardoso2011@hotmail.com)

Arthur Ramos Do Nascimento (arthurnascimento@ufgd.edu.br)

A constante violação de direitos humanos básicos em variados períodos históricos da humanidade e em diversas regiões do globo terrestre fez com que fosse necessária a criação da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), mas percebe-se que mesmo com este conjunto de normas que definem a vanguarda da proteção dos direitos humanos, esses ainda são frequentemente violados para parcelas da população brasileira, visto que essa se dá através de segregação e preconceito estabelecidos em nossa sociedade. Especificamente, em âmbito nacional faz-se mais perceptível que esses ocorrem principalmente para certas parcelas da população, sendo estas consideradas as minorias no Brasil, podendo-se mencionar como exemplos de minorias brasileiras: povos indígenas, populações negras e mulheres. Ademais, de forma geral, o objetivo do projeto foi a apresentação de um protótipo de jogo de tabuleiro para ser oferecido gratuitamente à comunidade acadêmica e a sociedade civil sobre o conteúdo da DUDH. Notadamente, buscou-se identificar e definir os fundamentos metodológicos, teóricos e práticos no uso de jogos como uma metodologia mais ativas de ensino. Além de identificar os princípios ligados aos direitos humanos que articulam com o diálogo entre ensino, pesquisa e extensão. Para tanto a pesquisa utilizou o modelo teórico-bibliográfico, bem como experimental-propositivo. Outrossim, identificou-se, ainda, a necessidade de mais investimento de recursos (tempo e financeiro) para aperfeiçoar o protótipo produzido. Contudo, foi possível produzir um protótipo específico sobre a DUDH com a dinâmica de atividade complementar de fixação e revisão de conteúdos estudados de Direitos Humanos. Por fim, há poucas pesquisas e produções bibliográficas com o uso de jogos na literatura especializada do ensino jurídico. Observa-se, também, ainda uma tendência conservadora da academia jurídica na utilização de metodologias ativas (ainda que seja uma realidade em transformação). Outro resultado encontrado é a identificação de uma literatura que melhor oferece subsídios para a construção dos jogos como sendo a relacionada à educação infanto-juvenil. Ademais, sobre o conteúdo específico, verificou-se a necessidade de perguntas considerando as minorias identificadas como os grupos duplamente vulneráveis. Diante disso, conclui-se que, a fim de que as pessoas tenham um maior acesso sobre o entendimento dos direitos humanos e sobre essas minorias, o uso de jogos didáticos como uma importante ferramenta de aprendizado. Assim, propiciando uma maior absorção e fixação do conhecimento trabalhado em aula, gerando uma posterior mudança significativa na

sociedade, pois o conhecimento trás mudança de percepções e atitudes. Conclui-se, também, que ensino jurídico, bem como toda a dimensão de ensino superior, não está restrita à sala de aula, de modo que a Educação deve desenvolver estratégias a formar sujeitos aptos a construírem uma aprendizagem de forma mais significativa.

Notoriamente, agradeço a UFGD e ao CNPQ pela oportunidade oferecida de agregar ao meio acadêmico por meio deste projeto de pesquisa.